

MPF participa de reunião na Holanda para debater futura Convenção sobre Direito Internacional Privado



Delegados de 80 países discutem a futura Convenção sobre reconhecimento e execução de sentenças estrangeiras em matéria civil e comercial

O Ministério Público Federal (MPF) participa da reunião da Comissão Especial da Conferência da Haia de Direito Internacional, realizada de 24 a 29 de maio, em Haia na Holanda. Delegados de mais de 80 países, além de representantes de organizações internacionais da sociedade civil, estão reunidos para debater a futura Convenção sobre reconhecimento e execução de sentenças estrangeiras em matéria civil e comercial. A iniciativa vem sendo acompanhada pelo MPF desde 2017. A secretária adjunta de Cooperação Internacional do Procurador-Geral da República Denise Neves Abade representa o MPF na reunião.

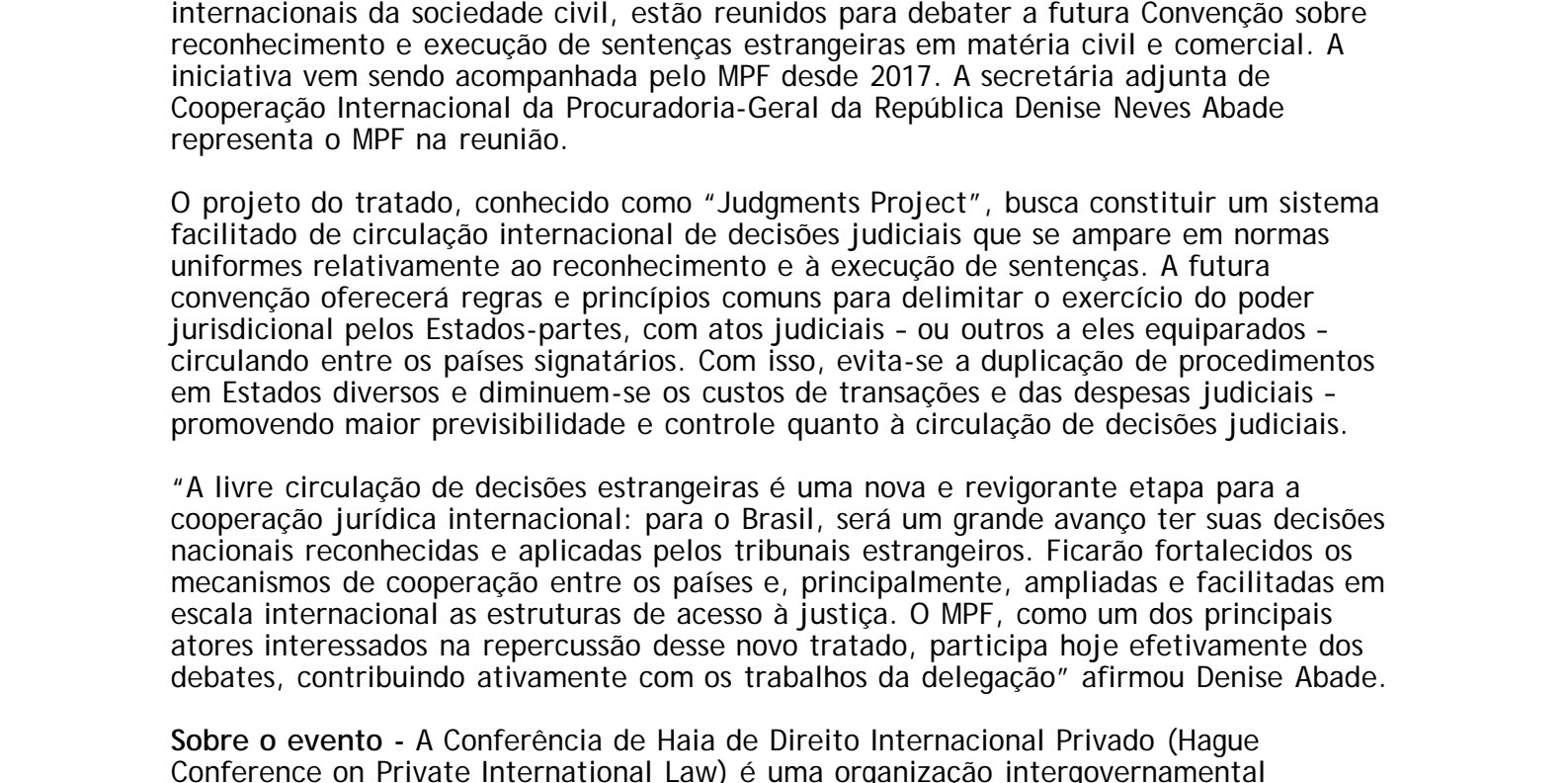
O projeto do tratado, conhecido como "Judgments Project", busca constituir um sistema facilitado de circulação internacional de decisões judiciais que se ampare em normas uniformes relativamente ao reconhecimento e à execução de sentenças. A futura convenção estabelecerá regras e princípios comuns para delimitar o exercício do poder jurisdicional pelos Estados-partes, com atos judiciais - ou outros a eles equiparados - circulando entre os países signatários. Com isso, evita-se a duplicação de procedimentos em Estados diversos e diminuem-se os custos de transação e das despesas judiciais - promovendo maior previsibilidade e controle quanto a circulação de decisões judiciais.

"A livre circulação de decisões estrangeiras é uma nova e revigorante etapa para a cooperação jurídica internacional: para o Brasil, será um grande avanço para suas decisões nacionais reconhecidas e aplicadas pelos tribunais estrangeiros. Ficarão fortalecidos os mecanismos de cooperação entre os países e, principalmente, ampliadas e facilitadas as escalas internacionais as estruturas de acesso à justiça. O MPF, como um dos principais atores interessados na participação desse novo tratado, participa hoje efetivamente dos debates, contribuindo ativamente com os trabalhos da delegação" afirmou Denise Abade.

Sobre o evento - A Conferência de Haia de Direito Internacional Privado (Hague Conference on Private International Law) é uma organização intergovernamental permanente que atua para promover, entre seus estados-membros, a unificação progressiva das regras de direito internacional privado. A missão estatutária do MPF será a de evidências eletrônicas per Autoridades Oficiais. A organização se realizou em 2017 em Haia, na Holanda, com a participação de mais de 80 países. Além disso, o MPF também coordenou o grupo de Trabalho Tecnologias da Informação e Comunicação do MPF, dos brasileiros não compromete a efetividade das investigações. Além disso, a garantia de segurança dos dados dos indivíduos e outras questões internacionais para a cooperação jurídica.

Volta ao topo

MPF conclui capacitação de mais de 100 membros do Ministério Público da Guiné-Bissau



Cerimônia de encerramento do projeto foi realizada nesta quinta-feira (24), durante o II Congresso do Ministério Público do país africano

Terminou nesta quinta-feira (24) a quarta e última etapa do Projeto Fortalecimento das capacidades do Ministério Público realizado na Guiné-Bissau. Nas quatro edições, mais de 100 membros do Ministério Público do país africano foram capacitados em técnicas de investigação no combate à corrupção, tráfico de drogas, entre outros crimes. O projeto é financiado pela Secretaria de Cooperação Internacional (SCI) do Ministério Público Federal (MPF), pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) e pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE).

Nesta edição, que foi realizada de 17 a 22 de maio, cerca 30 membros do Ministério Público guineense foram capacitados. A cerimônia de encerramento do programa ocorreu nesta quinta-feira (24) no II Congresso Nacional do Ministério Público da Guiné-Bissau, realizado na capital do país africano de língua portuguesa. Na ocasião, a coordenadora do projeto, subprocuradora-geral da República Maria Hilda Marsaj Pinto destacou a importância da formação, que abordou temas ligados a áreas prioritárias para o país, como combate à criminalidade transnacional e proteção dos direitos humanos. O objetivo é que os participantes consigam trabalhar pela "unificação progressiva" dessas regras.

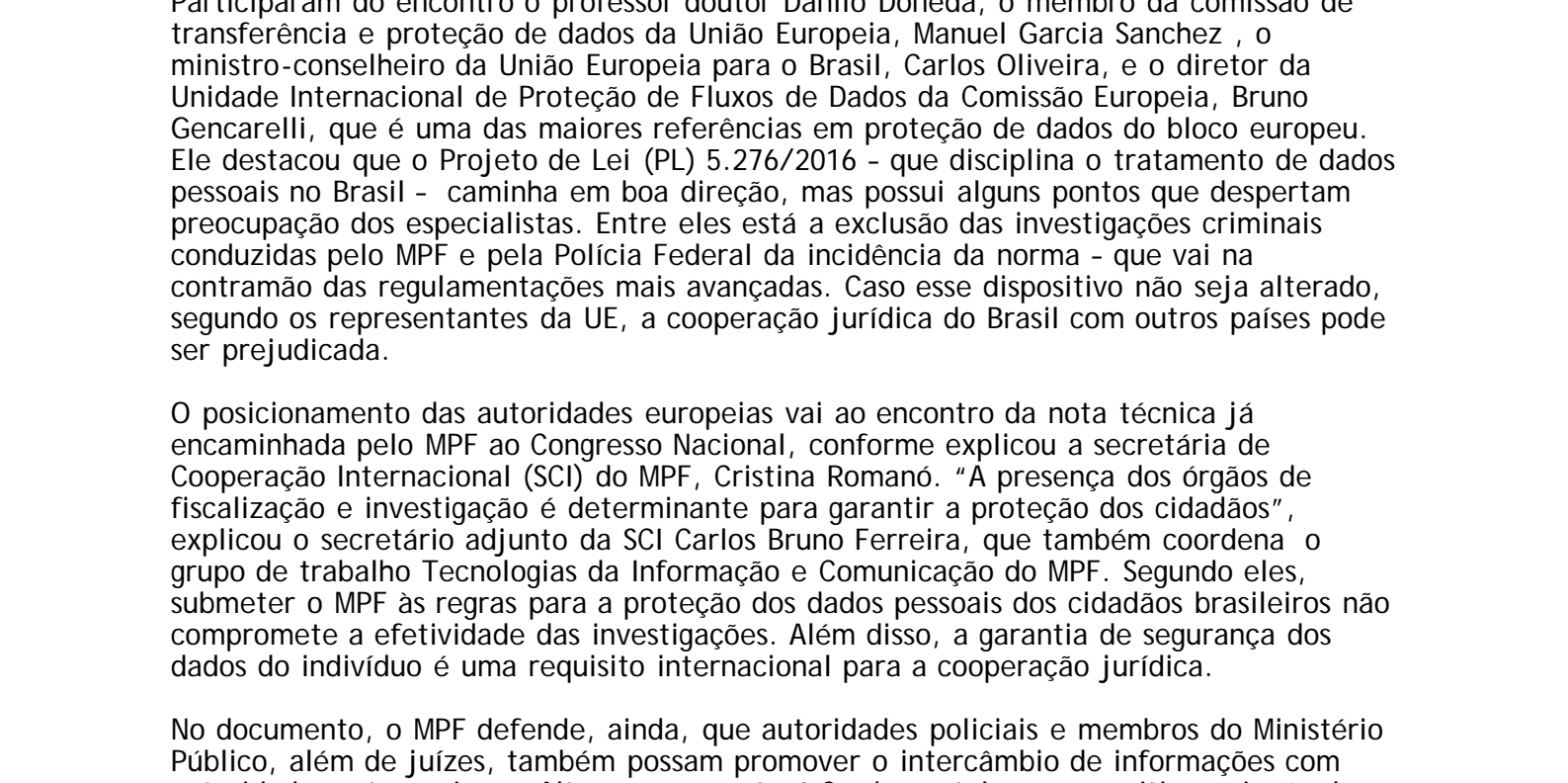
Para a coordenadora do projeto, a experiência no país africano foi desafiadora e enriquecedora para ambas as partes. "A equipe de capacitados doo o melhor de si, em verdadeiro espírito missionário. Concluir a etapa desse projeto iniciado em 2015 e com o trabalho faz com que todas as dificuldades se esvanecem ante a satisfação do resultado", destacou Maria Hilda. Também participaram no encerramento do MPF, a secretária adjunta de Cooperação Internacional do Procurador-Geral da República Denise Neves Abade e o presidente do Sindicato dos Procuradores guineenses, Domingos Martins. Eles destacaram os resultados positivos da capacitação, que a longo prazo vai contribuir para o aprimoramento da persecução penal no país, em benefício da população.

Nesta edição as turmas conheceram experiências e técnicas de investigação relacionadas ao combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao tráfico de drogas e de pessoas. Também foram abordadas questões relativas à prevenção ao terrorismo e à tutela do consumidor. Além da coordenação do projeto, a atuação conjunta das autoridades de ambos os países foram formadores no projeto. Francisco de Assis Sanseverino, Carlos Eduardo de Oliveira Vasconcelos, Carlos Vinícius Cabelari, Adriana Scordamaglia, Roberto Moreira, Marcus Vinícius Aguiar, Paula Bajjer e Darlan Dias. Eles ministraram aulas e ofereceram mentorias presenciais.

A entrega dos últimos certificados de conclusão do curso ocorreu na sede da embaixada do Brasil, em Bissau. Como resultado do curso, os membros do Ministério Público guineense terão que elaborar artigos temáticos sobre a atuação do MP. A próxima fase do projeto será a entrega de materiais de apoio, que vão contribuir para a formação da doutrina jurídica do país.

Volta ao topo

Posição do MPF sobre lei de proteção de dados no Brasil está de acordo com nova legislação europeia



Em nota técnica enviada ao Congresso, MPF defende que investigações criminais devem estar submetidas à norma, na linha do que já acontece na União Europeia

O entendimento do Ministério Público Federal (MPF) sobre o marco legal da proteção de dados pessoais no Brasil está em consonância com a nova lei da União Europeia, que entra em vigor nesta sexta-feira (25). A legislação considerada a maior conjunto de proteção à privacidade online já criado desde o início da internet. A convergência dos conceitos foi constatada em reunião promovida pela Secretaria de Cooperação Internacional do MPF (SCI) e representantes do bloco europeu na última quarta-feira (23), em Brasília.

Participaram do encontro o professor doutor Danilo Donega, o membro da comissão de transferência e proteção de dados da União Europeia, Manuel Garcia Sanchez, o ministro-conselheiro da União Europeia para o Brasil, Carlos Oliveira, e o diretor da Confederação Nacional de Proteção de Dados Pessoais do Brasil, Carlos Oliveira. Tereza Alexandrina Silva, que é uma das maiores referências em proteção de dados do bloco europeu. Ele destacou que o Projeto de Lei (PL) 5.276/2016 - que disciplina o tratamento de dados pessoais no Brasil - caminha em boa direção, mas possui alguns pontos que despertam preocupação dos especialistas. Entre eles está a exclusão das investigações criminais da aplicação da lei de proteção de dados. A proposta do MPF é que a lei também abranja os mecanismos das regulamentações mais avançadas. Caso esse dispositivo não seja adotado, segundo os representantes da UE, a cooperação jurídica do Brasil com outros países pode ser prejudicada.

O posicionamento das autoridades europeias vai ao encontro da nota técnica já encaminhada pelo MPF ao Congresso Nacional, conforme explicou a secretária de Cooperação Internacional (SCI) do MPF, Cristina Romano. "A presença dos órgãos de fiscalização e investigação é determinante para garantir a proteção dos cidadãos" explicou a secretária adjunta da SCI Carlos Bruna Travençolo. A organização do grupo de Trabalho Tecnologias da Informação e Comunicação do MPF, dos brasileiros não compromete a efetividade das investigações. Além disso, a garantia de segurança dos dados dos indivíduos e outras questões internacionais para a cooperação jurídica.

No documento, o MPF defende, ainda, que autoridades policiais e membros do Ministério Público, além de juízes, também possam promover o intercâmbio de informações com autoridades estrangeiras para a investigação de crimes transnacionais. Além disso, o MPF também defende a criação de equipes conjuntas de investigação com outros países, destacou Cristina Romano. Ela ressaltou a importância da Secretaria de Relações Institucionais do MPF no diálogo com o Congresso Nacional, para a troca de informações sobre projetos em tramitação no Legislativo.

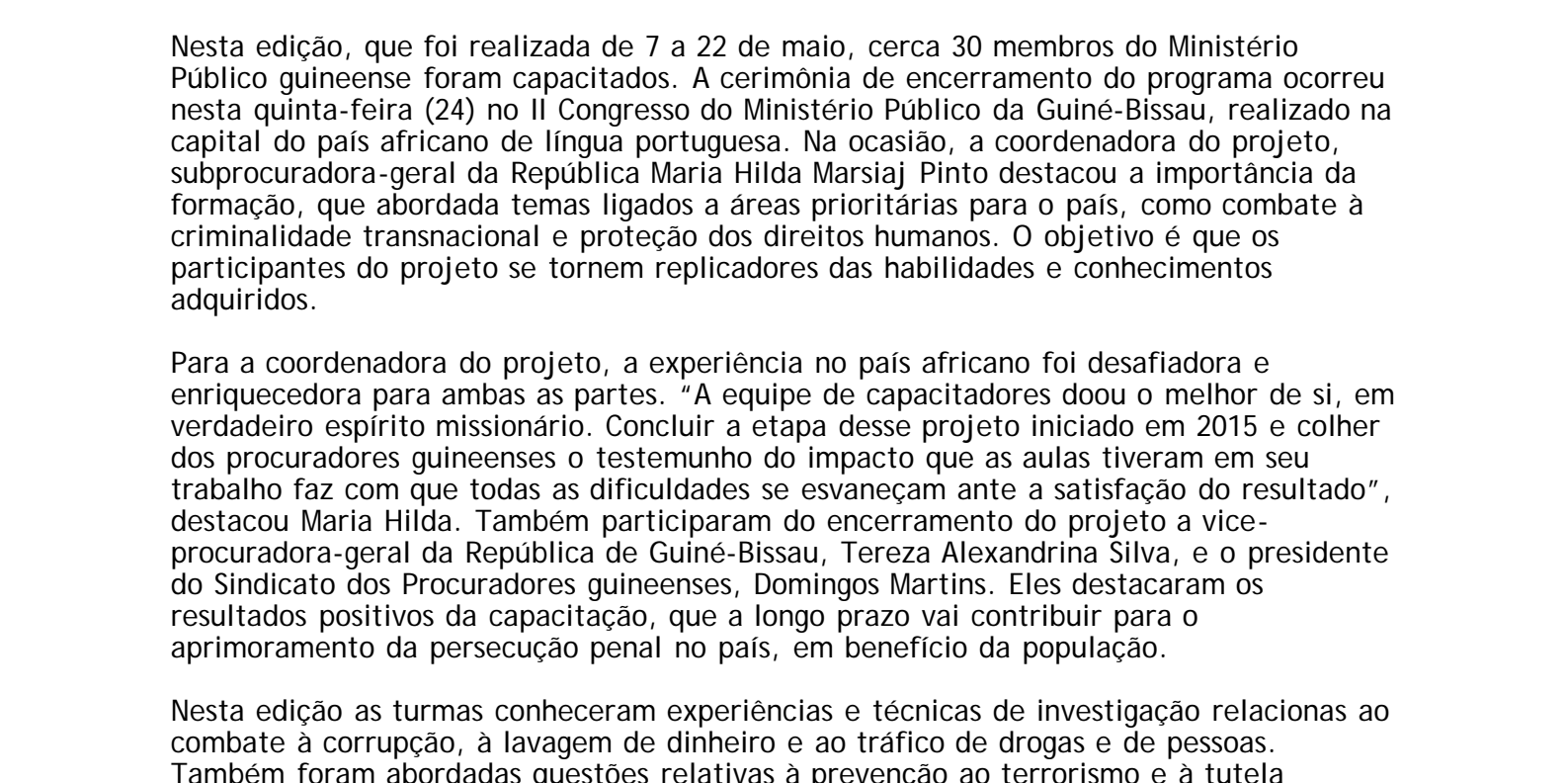
Nota técnica - A nota técnica do MPF foi entregue ao senador Ricardo Ferraaz (PSDB-ES), relator da proposta na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, no início deste mês. De posse do estudo, o senador apresentou um texto substitutivo à proposta inicial, com o projeto de lei a nova norma europeia sobre a proteção de dados. A proposta do MPF está prevista para ser analisada pela comissão do Senado na primeira semana de junho.

Na nota técnica, o MPF sugere, entre outros pontos, a ampliação da possibilidade de compartilhamento de dados para organismos internacionais, além de países. Isso porque o Brasil coopera com entidades internacionais, como o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI), as Nações Unidas, entre outros. A interação desse dispositivo contribuiria para que MPF e Polícia Federal passem a integrar a Eurojust e a Europol - organismos da União Europeia que fomentam a atuação conjunta das autoridades de diferentes países e o intercâmbio de informações na luta contra a criminalidade internacional.

Secretaria de Comunicação Social
Procuradoria-Geral da República
(61) 3105-6406 / 6415
pgr-imprensa@mpf.mp.br
facebook.com/MPF-Federal
twitter.com/mpf_pgr

Volta ao topo

MPF conclui capacitação de mais de 100 membros do Ministério Público da Guiné-Bissau



Cerimônia de encerramento do projeto foi realizada nesta quinta-feira (24), durante o II Congresso do Ministério Público do país africano

Terminou nesta quinta-feira (24) a quarta e última etapa do Projeto Fortalecimento das capacidades do Ministério Público realizado na Guiné-Bissau. Nas quatro edições, mais de 100 membros do Ministério Público do país africano foram capacitados em técnicas de investigação no combate à corrupção, tráfico de drogas, entre outros crimes. O projeto é financiado pela Secretaria de Cooperação Internacional (SCI) do Ministério Público Federal (MPF), pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) e pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE).

Nesta edição, que foi realizada de 17 a 22 de maio, cerca 30 membros do Ministério Público guineense foram capacitados. A cerimônia de encerramento do programa ocorreu nesta quinta-feira (24) no II Congresso Nacional do Ministério Público da Guiné-Bissau, realizado na capital do país africano de língua portuguesa. Na ocasião, a coordenadora do projeto, subprocuradora-geral da República Maria Hilda Marsaj Pinto destacou a importância da formação, que abordou temas ligados a áreas prioritárias para o país, como combate à criminalidade transnacional e proteção dos direitos humanos. O objetivo é que os participantes consigam trabalhar pela "unificação progressiva" dessas regras.

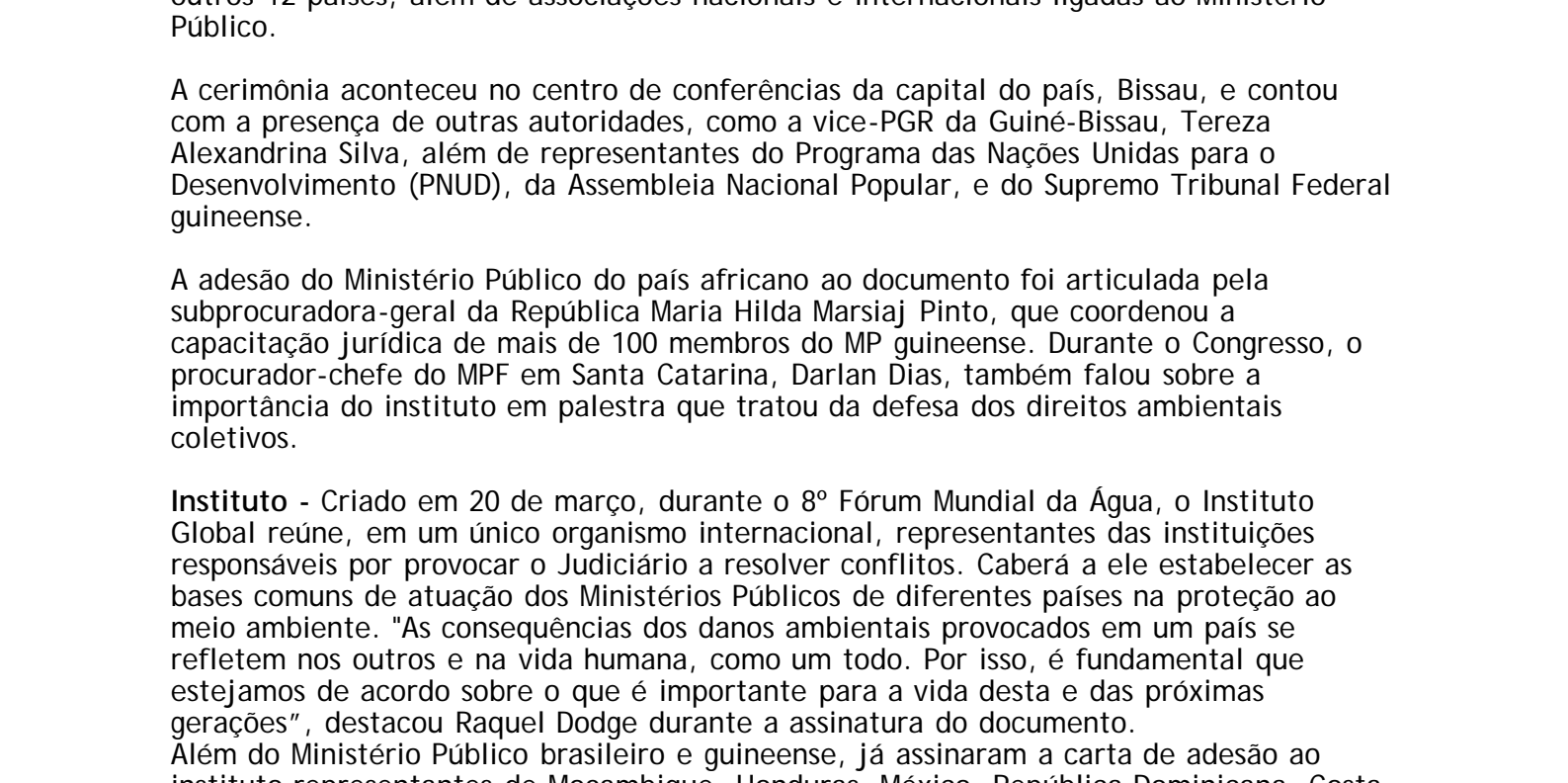
Para a coordenadora do projeto, a experiência no país africano foi desafiadora e enriquecedora para ambas as partes. "A equipe de capacitados doo o melhor de si, em verdadeiro espírito missionário. Concluir a etapa desse projeto iniciado em 2015 e com o trabalho faz com que todas as dificuldades se esvanecem ante a satisfação do resultado", destacou Maria Hilda. Também participaram no encerramento do MPF, a secretária adjunta de Cooperação Internacional do Procurador-Geral da República Denise Neves Abade e o presidente do Sindicato dos Procuradores guineenses, Domingos Martins. Eles destacaram os resultados positivos da capacitação, que a longo prazo vai contribuir para o aprimoramento da persecução penal no país, em benefício da população.

Nesta edição as turmas conheceram experiências e técnicas de investigação relacionadas ao combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao tráfico de drogas e de pessoas. Também foram abordadas questões relativas à prevenção ao terrorismo e à tutela do consumidor. Além da coordenação do projeto, a atuação conjunta das autoridades de ambos os países foram formadores no projeto. Francisco de Assis Sanseverino, Carlos Eduardo de Oliveira Vasconcelos, Carlos Vinícius Cabelari, Adriana Scordamaglia, Roberto Moreira, Marcus Vinícius Aguiar, Paula Bajjer e Darlan Dias. Eles ministraram aulas e ofereceram mentorias presenciais.

A entrega dos últimos certificados de conclusão do curso ocorreu na sede da embaixada do Brasil, em Bissau. Como resultado do curso, os membros do Ministério Público guineense terão que elaborar artigos temáticos sobre a atuação do MP. A próxima fase do projeto será a entrega de materiais de apoio, que vão contribuir para a formação da doutrina jurídica do país.

Volta ao topo

Guiné-Bissau adere a Instituto Global de Ministérios Públicos para o Ambiente



Procurador-geral da República do país africano, Bacari Bial, assinou a carta de adesão ao projeto nessa quinta-feira (24)

O Ministério Público da Guiné-Bissau passou a integrar o Instituto Global de Ministérios Públicos para o Ambiente. Criado em março deste ano por iniciativa da procuradora-geral da República brasileira, Raquel Dodge, o organismo foi criado para reunir membros dos Ministérios Públicos do Brasil e do mundo em torno de temas ligados a proteção dos recursos naturais, sobretudo, a água.

O documento foi assinado pelo PGR da Guiné-Bissau, Bacari Bial, na última quinta-feira (24), durante o 2º Congresso do Ministério Público do país africano, que se tornou o 13º a integrar a proposta. A carta de adesão ao instituto já foi assinada por representantes de outros 12 países, além de associações nacionais e internacionais ligadas ao Ministério Público.

A cerimônia aconteceu no centro de conferências da capital do país, Bissau, e contou com a presença de outras autoridades, como a vice-PGR da Guiné-Bissau, Tereza Alexandrina Silva, além de representantes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Assembleia Nacional Popular, e do Supremo Tribunal Federal guineense.

A adesão do Ministério Público do país africano ao documento foi articulada pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge, alegando que as unidades prioritárias brasileiras não capacitaram o voto do relator, favorável à negativa do HC, e apenas um foi contrário. O procurador-chefe do MPF em Santa Catarina, Darlan Dias, também falou sobre a importância do instituto em palestra que tratou da defesa dos direitos ambientais coletivos.

Instituto - Criado em 20 de março, durante o 8º Fórum Mundial da Água, o Instituto Global reúne, em um único organismo internacional, representantes das instituições responsáveis por provocar o Judiciário a resolver conflitos. Cabeira a ele estabelecer as regras comuns de atuação dos Ministérios Públicos de diferentes países na proteção do meio ambiente. "As consequências dos danos ambientais são provocados em um país se refletem nos outros e na vida humana, como um todo. Por isso, é fundamental que estejam em acordo sobre o que é importante para a vida desta e das próximas gerações", destacou Raquel Dodge durante a assinatura do documento.

Além do Ministério Público brasileiro e guineense, já assinaram a carta de adesão ao instituto representantes de Moçambique, Honduras, México, Equador, Domínicana, Costa Rica, Panamá, Belize, França, São Tomé e Príncipe, Chile e Equador. Também aderiram ao documento a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa), a Associação Latino-Americana de MPs (Alamp), a Rede Europeia de Ministérios Públicos Ambientais, a Rede Latino-Americana de Ministério Público Ambiental e a Comissão Permanente do Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural, que integra o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGR).

Volta ao topo

Procurador-chefe da PR/SC dá palestra na abertura do 2º Congresso do Ministério Público da Guiné-Bissau



Darlan Dias abordou no evento o tema "A tutela coletiva - Meio Ambiente"

O procurador-chefe da República da Guiné-Bissau em março deste ano por iniciativa da procuradora-geral da República brasileira, Raquel Dodge, o organismo foi criado para reunir membros dos Ministérios Públicos do Brasil e do mundo em torno de temas ligados a proteção dos recursos naturais, sobretudo, a água.

O documento foi assinado pelo PGR da Guiné-Bissau, Bacari Bial, na última quinta-feira (24), durante o 2º Congresso do Ministério Público do país africano, que se tornou o 13º a integrar a proposta. A carta de adesão ao instituto já foi assinada por representantes de outros 12 países, além de associações nacionais e internacionais ligadas ao Ministério Público.

A cerimônia aconteceu no centro de conferências da capital do país, Bissau, e contou com a presença de outras autoridades, como a vice-PGR da Guiné-Bissau, Tereza Alexandrina Silva, além de representantes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Assembleia Nacional Popular, e do Supremo Tribunal Federal guineense.

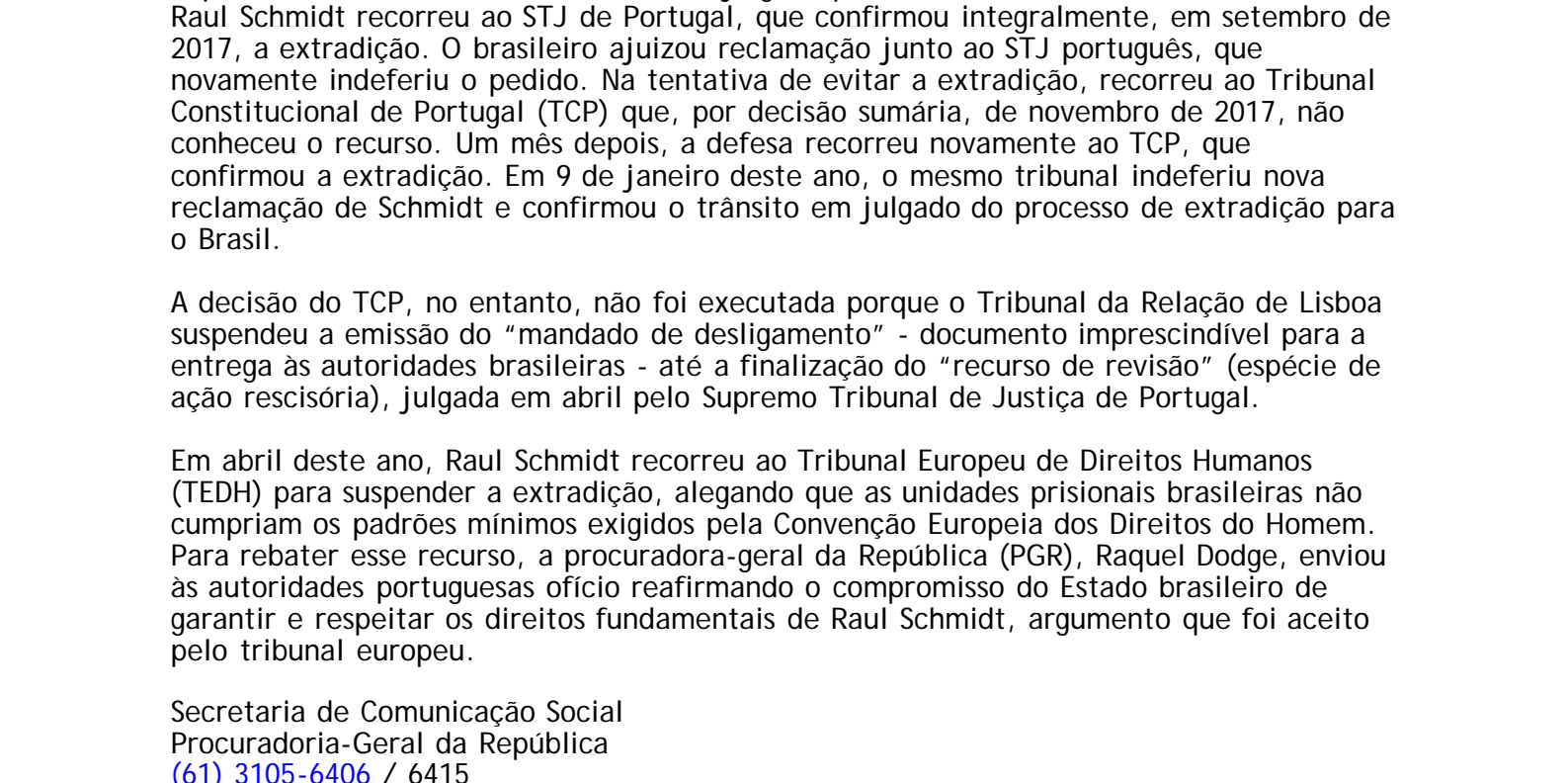
A adesão do Ministério Público do país africano ao documento foi articulada pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge, alegando que as unidades prioritárias brasileiras não capacitaram o voto do relator, favorável à negativa do HC, e apenas um foi contrário. O procurador-chefe do MPF em Santa Catarina, Darlan Dias, também falou sobre a importância do instituto em palestra que tratou da defesa dos direitos ambientais coletivos.

Instituto - Criado em 20 de março, durante o 8º Fórum Mundial da Água, o Instituto Global reúne, em um único organismo internacional, representantes das instituições responsáveis por provocar o Judiciário a resolver conflitos. Cabeira a ele estabelecer as regras comuns de atuação dos Ministérios Públicos de diferentes países na proteção do meio ambiente. "As consequências dos danos ambientais são provocados em um país se refletem nos outros e na vida humana, como um todo. Por isso, é fundamental que estejam em acordo sobre o que é importante para a vida desta e das próximas gerações", destacou Raquel Dodge durante a assinatura do documento.

Além do Ministério Público brasileiro e guineense, já assinaram a carta de adesão ao instituto representantes de Moçambique, Honduras, México, Equador, Domínicana, Costa Rica, Panamá, Belize, França, São Tomé e Príncipe, Chile e Equador. Também aderiram ao documento a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa), a Associação Latino-Americana de MPs (Alamp), a Rede Europeia de Ministérios Públicos Ambientais, a Rede Latino-Americana de Ministério Público Ambiental e a Comissão Permanente do Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural, que integra o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGR).

Volta ao topo

STJ nega habeas corpus para impedir extradição de Raul Schmidt para o Brasil



Defesa do empresário, investigado na Operação Lava Jato, alegou que ele não poderia ser enviado ao país natal por ser cidadão português nato

Por maioria de votos, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou, nesta quarta-feira (23), habeas corpus (HC) solicitado pelo empresário Raul Schmidt para tentar impedir sua extradição para o Brasil. O pedido foi julgado em sessão pública, em uma sessão de 10 horas, na qual o ministro relator, Raul de Faria, afirmou que o Brasil não pode ser obrigado a extrair um cidadão nato de outro país, caso de extradição de cidadãos natos. Os advogados alegaram que o Ministério da Justiça tem mantido o processo de extradição com base em uma falsa promessa de reciprocidade, com o objetivo de extrair um português de origem.

Apesar disso, o ministro relator, Sérgio Kukina, rebateu os pontos levantados e considerou que a aplicação da Reciprocidade, alegando que as unidades prioritárias brasileiras não cumpriram os padrões mínimos exigidos pela Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Para rebater esse recurso, a procuradora-geral da República (PGR), Raquel Dodge, enviou às autoridades portuguesas ofício reafirmando o compromisso do Estado brasileiro de garantir o respeito aos direitos fundamentais de Raul Schmidt, argumento que foi aceito pelo tribunal europeu.

Secretaria de Comunicação Social
Procuradoria-Geral da República
(61) 3105-6406 / 6415
pgr-imprensa@mpf.mp.br
facebook.com/MPF-Federal
twitter.com/mpf_pgr

Relacionadas

- Após atuação do MPF, tribunal português determina o cumprimento imediato da extradição de Raul Schmidt

Volta ao topo

SCI e 2CCR divulgam selecionados para curso sobre uso de evidências eletrônicas por autoridades oficiais

A formação será realizada em São Paulo de 24 a 26 de julho

A Secretaria de Cooperação Internacional (SCI) e a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF) selecionaram 30 membros para participação do curso sobre o uso de evidências eletrônicas, sobretudo para o público com pouca experiência na matéria. O curso será realizado em São Paulo de 24 a 26 de julho. O curso é uma iniciativa do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, em parceria com a SCI e a 2CCR.

O objetivo é capacitar os membros do MPF sobre questões práticas relacionadas ao uso de evidências eletrônicas, sobretudo para o público com pouca experiência na matéria. O Departamento de Justiça dos Estados Unidos vai custear as passagens aéreas, hospedagem e alimentação dos participantes. O MPF não arcará com qualquer custo.

Confira abaixo o resultado da seleção preferencial em Edital SCI/2CCR nº12/2018:

- Adriano Stella Karam
- Juliano dos Santos Raldi
- Jussara Burnham Yechi
- Carlos Henrique Dumont Silva
- Thayna Freire de Oliveira
- Paulo Gomes Ferreira Filho
- Julio César de Castilhos Oliveira Costa
- Renato de Freitas Souza Machado
- Felipe Augusto de Barros Carvalho Pinto
- Marcello Augusto Mezacasca
- Carlos Eduardo Raddatz Cruz
- Patrícia Henriques Oliveira Kerne da Silva
- Rafael Klautau Rodas Costa
- Janaina Andrade de Sousa
- Túlio Fávoro Belegato
- Thiago Augusto Bueno
- Renato de Freitas Souza Machado
- Paloma Alves Ramos
- Theresia Luíza Fontenelli Costa Maia
- Jorge Maurício Porto Klanovick
- Fátima Rodrigues de Sousa Portz
- Renato de Freitas Souza Machado
- Andréia Pistono Vitalino
- Raquel Teixeira Maciel Rodrigues
- Paulo Roberto Sampaio Santiago
- Wetzling Cabral Saraiva

Volta ao topo

SECRETARIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

www.mpf.mp.br - pgr-internacional@mpf.mp.br
Tel.: (61) 3105-5820

MPF
Ministério Público Federal